

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.360 - RS (2015/0288942-4)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : LINDOMAR JOÃO MACHADO
ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S) - DF005939
RAQUEL PAESE E OUTRO(S) - RS015663

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 284):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL APOSENTADO. LICENÇA -PRÊMIO. DESAVERBAÇÃO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO.

Consoante o disposto no art. 1º do Decreto n.º 20.910/32, toda e qualquer pretensão contra a Fazenda Pública prescreve em cinco anos.

O termo inicial do prazo prescricional, nos casos em que a licença -prêmio foi computada em dobro, para fins de inativação, e, posteriormente, o servidor teve reconhecido o direito à contagem de tempo de serviço especial, corresponde à data em que houve a averbação desse tempo.

Se a Lei n.º 9.527/97 autorizou a conversão em pecúnia de licença -prêmio não gozada pelo servidor que vem a falecer, quando ainda em atividade, por idêntica razão, deve ser reconhecido idêntico direito ao servidor vivo, quando ele já estiver aposentado, sem mais possibilidade de gozá-la ou computar esse tempo em dobro.

Embargos declaratórios acolhidos parcialmente, apenas para fins de prequestionamento (e-STJ fl. 313).

No especial, a parte recorrente aponta violação do art. 535 do CPC/1973, sustentando a negativa de prestação jurisdicional, haja vista que a Corte de origem não teria enfrentado a questão da impossibilidade de desaverbação da licença-prêmio já utilizada para contagem em dobro do tempo na ocasião da aposentadoria.

Sustenta, também, ofensa ao art. 1º do Decreto 20.910/1932, ao art. 7º da Lei 9.527/1997 e ao art. 6º, § 1º, do Decreto-Lei 4.675/1942, suscitando, além da prescrição do fundo de direito, que a conversão da licença-prêmio em tempo dobrado para aposentadoria consiste, no caso, em ato jurídico perfeito, insuscetível, portanto, de revogação.

Contrarrazões às e-STJ fls. 348/371.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele

Superior Tribunal de Justiça

prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

Feita essa consideração, observa-se que a irresignação recursal comporta acolhida no tocante às alegações de negativa de prestação jurisdicional.

Com efeito, o art. 535 do CPC/1973 previa que os embargos de declaração seriam cabíveis quando houvesse, no acórdão ou sentença, omissão, contrariedade ou obscuridade, *in verbis*:

Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:

I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

Para a admissão do recurso especial com base no referido dispositivo, a omissão deve ser manifesta, ou seja, imprescindível para o deslinde da controvérsia.

No presente caso, assiste razão à recorrente, tendo em vista que o Tribunal de origem não se manifestou acerca de tema questionado no recurso integrativo, qual seja, a impossibilidade da pretendida desavervação dos períodos de licença-prêmio não usufruídos, e já considerados para fins de aposentadoria do autor, como condição para conversão da licença-prêmio em pecúnia.

Nesse contexto, verifica-se que o Tribunal de origem não enfrentou essa alegação ao exarar sua conclusão, a qual se mostra relevante para a solução da lide.

Assim, estando configurada a violação do art. 535 do CPC/1973, faz-se necessária a declaração de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios para que o vício seja sanado pelo Tribunal de origem, o qual deverá, expressamente, enfrentar a questão da possibilidade, ou não, de desavervação de licença-prêmio, já contada em dobro para fim de aposentadoria, e sua posterior conversão em pecúnia.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES AO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO QUANTO À QUESTÃO FUNDAMENTAL PARA ANÁLISE DA DEMANDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. É imprescindível a intimação do agravo para apresentar contrarrazões, em atenção aos princípios da ampla defesa e do contraditório.
2. Não tendo o Tribunal a quo se manifestado sobre questão fundamental para o julgamento da controvérsia, justifica-se a anulação do julgado por esta Corte, por afronta do artigo 535 do Código de Processo Civil.
3. *Agravo regimental desprovido.* (AgRg no REsp 1.236.975/GO, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, DJe 15/02/2012).

PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO RELEVANTE PARA A SOLUÇÃO DA LIDE. AUSÊNCIA DE VALORAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA.

1. A ausência de valoração de tema relevante para a solução da lide configura omissão, nos termos do art. 535 do CPC.

2. Na leitura do acórdão recorrido conclui-se que houve omissão quanto à análise de pontos relevantes para o deslinde da controvérsia, em especial no que tange aos juros e correção monetária e à aplicação, na espécie, do art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009, que modificou os índices e forma de contagem dos juros e correção monetária nas condenações impostas à Fazenda Pública, sobre os quais, mesmo instado a se manifestar por meio dos Embargos de Declaração opostos, o Tribunal local permaneceu silente.

3. Caracterizada, assim, a violação do art. 535 do CPC, fica prejudicado o Recurso Especial interposto pela segurada.

4. Dou provimento ao Recurso Especial do INSS, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração, e julgo prejudicado o Recurso Especial de Marly Rodrigues Lins. (REsp 1337055/PE, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 11/09/2012).

Fica prejudicada a análise das irresignações remanescentes.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para, anulando o acórdão prolatado, em sede de embargos declaratórios, determinar o retorno dos autos ao Tribunal *a quo*, a fim de que seja analisada a questão omissa reconhecida na fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator